



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

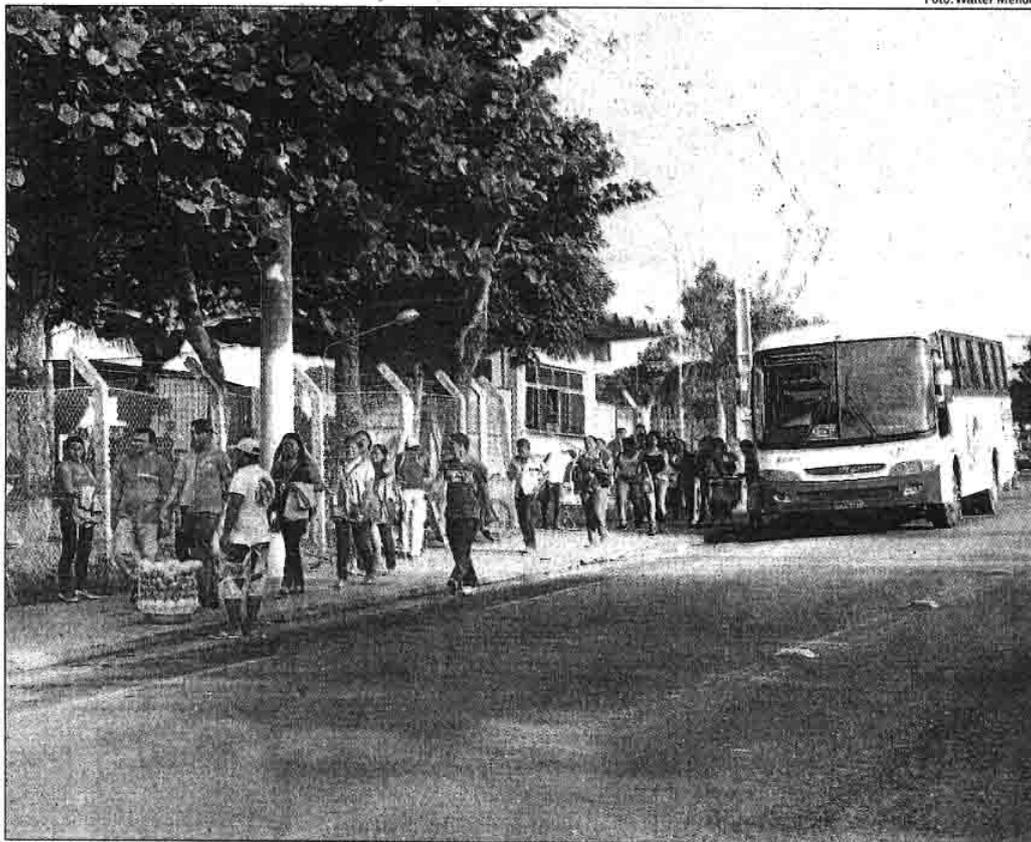
Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Sindmental negocia acordo para manter os empregos.....	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Foxcccon.....	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Tablets	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Empresas do PIM suspendem contratos contra demissões.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Ipea	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO China.....	7
ECONOMIA	
A CRITICA sim & não	8
OPINIÃO	
A CRITICA APPLE	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Casa Civil escolhe três nomes para a Suframa	10
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO Perdas com feriados são de R\$ 922 mi para o AM	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO TABLETS	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS MPT diz que Suframa deve se preocupar com a qualidade dos empregos no PIM.....	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS MPT diz que Suframa deve se preocupar com a qualidade dos empregos no PIM (continuação)	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Vendas externas do Polo Industrial retraíram 17,4% em janeiro	15
ECONOMIA	
MASKATE CAPA	16
MASKATE Procuradoria da Republica acata ação de Omar	17
POLITICA	
MASKATE Procuradoria da Republica acata ação de Omar (continuação)	18
POLITICA	
MASKATE Nokia obrigada a reintegrar funcionários	19
ECONOMIA	

Sindmetal negocia acordo para manter os empregos

Foto: Walter Mendes



Apesar de as recentes demissões nos diversos setores do PIM serem consideradas sazonais –em função do início do ano– a fabricação de alguns produtos está demorando para aquecer, o que tem obrigado fabricantes a fazerem acordos de suspensão de contrato de trabalho para evitar demissões. Na tarde dessa quinta-feira, a Climazon, empresa que fabrica aparelhos de ar-condicionado em Manaus, fechou acordo com o Sindmetal/AM, evitando 216 demissões.

Página A5

Foxconn

Fábrica de telas para tablets pode ser instalada em Minas

O Grupo EBX, do empresário Eike Batista, informou nessa quinta-feira, 16, que a fábrica de telas sensíveis ao toque, em negociação com a taiwanesa Foxconn, poderá ser instalada no Estado de Minas Gerais. A

unidade mineira seria montada por meio de um consórcio formado pelo grupo EBX, de Eike, a Foxconn e o BNDES, segundo informou a empresa sem entrar em maiores detalhes da negociação.

Página A8

Foto: Walter Mendes



Estado de Minas Gerais pode sair na frente na implantação da indústria de telas sensíveis ao toque no Brasil

Frente & Perfil

*** **

PORTO

Na última quarta-feira, 15, aconteceu Audiência Pública no município de Itacoatiara para discutir sobre a construção de um porto, com proposta do governo federal de ser um local de alternativa portuária à escoação dos produtos da Zona Franca de Manaus.

Tablets

EBX diz que Foxconn pode ficar em MG

Grupo do empresário Eike Batista está em negociação com a empresa taiwanesa para a produção no país

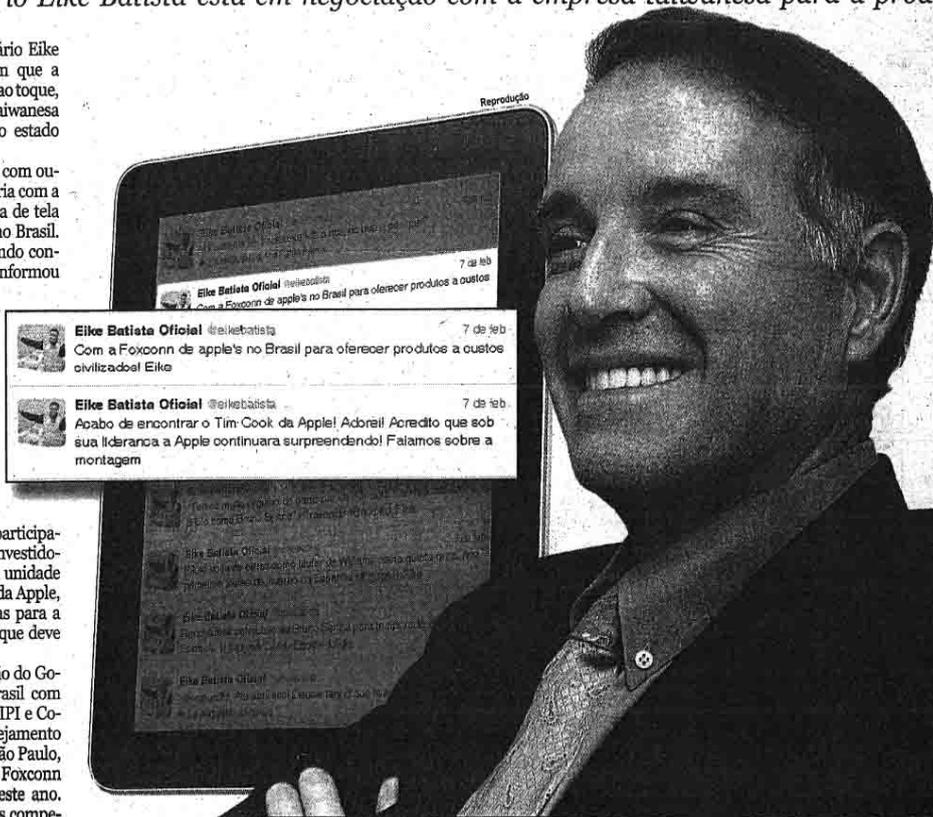
O Grupo EBX, do empresário Eike Batista, informou ontem que a fábrica de telas sensíveis ao toque, em negociação com a taiwanesa Foxconn, poderá ser instalada no estado de Minas Gerais.

"O Grupo EBX está negociando, com outros investidores brasileiros, parceria com a Foxconn para instalação de fábrica de tela de LCD para televisores e tablets no Brasil. O Estado de Minas Gerais está sendo considerado para sediar a fábrica", informou a empresa, em comunicado, sem dar mais detalhes.

A unidade mineira seria montada por meio de um consórcio formado pelo grupo EBX, de Eike, a Foxconn e o BNDES. A fábrica seria responsável pela fabricação de telas sensíveis ao toque. O investimento previsto é de 2,5 bilhões de reais.

O empresário não especificou qual cidade deve receber a fábrica. Segundo ele, os brasileiros teriam participação de 60% no negócio. Outros investidores não estão descartados. A nova unidade contaria com o aval do presidente da Apple, Tim Cook, e poderia fornecer telas para a unidade da Foxconn em Jundiaí, que deve fabricar iPads e iPhones.

A Foxconn já recebeu autorização do Governo para fabricar tablets no Brasil com benefícios fiscais (isenção de PIS, IPI e Cofins). Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Julio Semeghini, cinco unidades da Foxconn devem ser anunciadas no país neste ano. Além de São Paulo, outros Estados competem para receber as unidades. A Foxconn não confirma a instalação das fábricas.



Eike Batista tem atualizado em seu Twitter rumos da negociação na parceria para a produção de tablets e telas de LCD no Brasil

Participação

Em outubro do ano passado, Eike anunciou o interesse em participar, em conjunto com a Foxconn, da fabricação no Brasil de telas para tablets. No dia 7 de fevereiro, o empresário disse no Twitter que se reuniu com Tim Cook, CEO da Apple, e conversou sobre a produção da Apple no Brasil.

Em abril de 2011, o governo brasileiro anunciou que a Foxconn manifestou interesse em investir cerca de US\$ 12 bilhões no Brasil nos próximos anos. A companhia, que já está instalada em Jundiaí, ainda não confirmou se produz o iPad ou o iPhone no Brasil.

Quando era ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante disse que um dos principais problemas para a implantação da montagem no Brasil do iPad, da Apple, era encontrar um sócio brasileiro capacitado.

Entre as dificuldades para o projeto incluíam fornecimento de energia, mão de obra qualificada e parceiros locais.

Empresas do PIM suspendem contratos contra demissões

Juliana Geraldo

Apesar de as recentes demissões nos diversos setores do PIM serem consideradas sazonais —em função do início do ano— a fabricação de alguns produtos está demorando para aquecer, o que tem obrigado indústrias a fazerem acordos de suspensão de contrato de trabalho para evitar ainda mais desligamentos.

Na tarde dessa quinta-feira, a Climazon, empresa que fabrica aparelhos de ar-condicionado em Manaus, fechou acordo com o Sindmetal/AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), evitando 216 demissões. Além dela, a Salcomp que produz carregadores para a Nokia e a empresa de eletroeletrônicos Jabil também firmaram a parceria, fechando com o sindicato 360 e 70 acordos, respectivamente. No total, 646 contratos de trabalho do polo industrial foram suspensos até agora.

O secretário de imprensa do Sindmetal/AM, Sidney Malaquias, presente na assinatura dos acordos com a Climazon explica que o artifício não é solicitado desde o início da crise de 2008, quando 30 mil suspensões foram assinadas. "A suspensão serve para contornar crises ou períodos de baixa na produção. No caso dessa empresa, os primeiros meses do ano nunca são os melhores para a venda de ar-condicionados em função do clima que ainda está ameno. Como até agora eles não conseguiram diminuir o estoque, optaram pelo acordo", disse.

Malaquias lembra que a em-

presa precisa procurar o sindicato e aponta a decisão como uma vantagem tanto para o empregador, quanto para os funcionários. "É uma solução provisória, mas que pode preservar empregos e evitar custos demissionais altíssimos".

O titular da SRTE-AM (Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Amazonas, Dermilson Chagas, ressalta que cada empresa firma os acordos por razões particulares e individualizadas. "Não podemos generalizar, mas é importante verificar o que está acontecendo em cada um dos casos", avaliou.

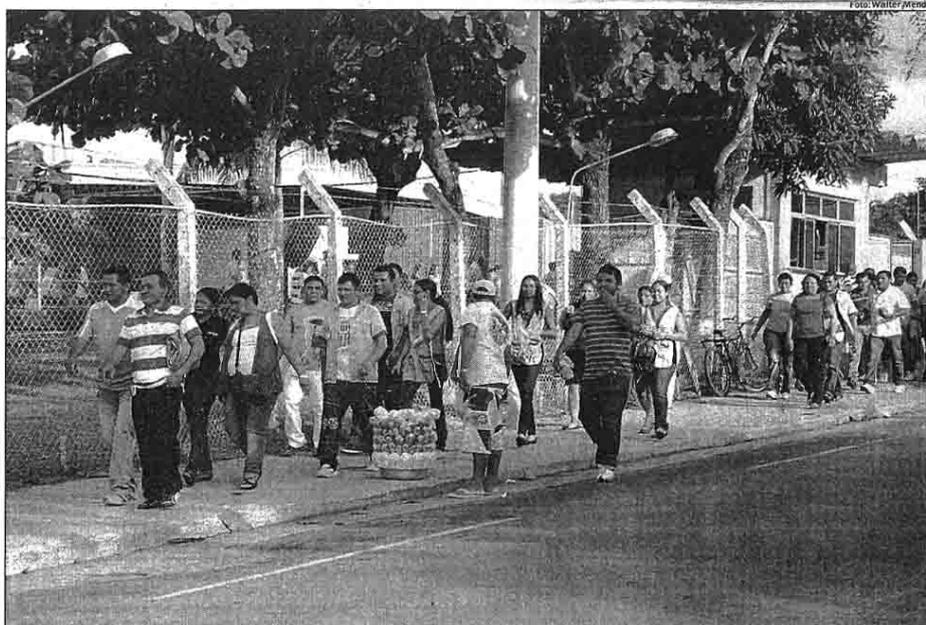
Bolsa Qualificação

O representante do Sindmetal-AM detalhou que com o acordo, o funcionário passa a ganhar uma espécie de licença remunerada que pode variar entre três e cinco meses. "Além de receber o benefício do seguro-desemprego, caso tenha direito, o empregado recebe do governo federal uma bolsa no valor de até R\$ 800", conta.

Dermilson Chagas diz que a 'Bolsa Qualificação' garante ao trabalhador um curso de aperfeiçoamento na sua área de atuação durante o período de licença. "passado esse tempo, o funcionário volta para assumir o mesmo posto e ainda conta com três meses de estabilidade garantida pela empresa", acrescentou.

Empregos em risco

O cenário de demissões em massa no PIM no início de 2012 tem colocado o sindicato em estado de alerta. Em janeiro, a



Cenário de demissões em massa no PIM no início de 2012 tem colocado o sindicato em estado de alerta, com aumento nos desligamentos entre 2011 e 2012

entidade acionou o MPT (Ministério Público do Trabalho) para entrar com ação contra a Semp Toshiba que demitiu 650 funcionários entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012.

No entanto, o secretário executivo adjunto de Políticas Setoriais da Seplan-AM, Appio Tolentino, responsável pela apuração dos desligamentos na fábrica, garantiu que mesmo não tendo finalizado o relatório, pode adiantar que as demissões excessivas. "O número de em-

pregos explicitado no projeto da empresa está de acordo", garantiu.

Igualmente, as demissões do setor de duas rodas que também preocupam trabalhadores do setor também não foram consideradas alarmantes de acordo com o presidente do Simmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Felix. "A sazonalidade é característica, não há motivo para preocupações", opinou.

Por dentro

VANTAGENS DO ACORDO

PARA O EMPREGADO:

- Permanência no emprego
- Garantia do salário
- Bolsa Qualificação

PARA O EMPREGADOR:

- Evita custos demissionais
- Evita nova busca por profissionais no final de cinco meses

Ipea

Brasil está longe de atingir pleno emprego

Subocupação, mercado informal e rendimentos baixos persistem, embora tenha havido aumento de vagas e na remuneração

O emprego no Brasil está crescendo de forma quantitativa e qualitativa, com aumento de empregos com carteira assinada e do rendimento real do trabalho, ou seja, reajustes que ficam acima da inflação. Os dados são de pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para quem a interpretação desse quadro significa que o padrão de crescimento do país mudou para melhor.

Mas, ainda assim, o Ipea constata que os brasileiros estão longe de alcançar a situação de pleno emprego. "O pleno emprego é uma situação onde todos teriam uma colocação no mercado de trabalho e com remuneração que o empregado considere justa para o seu trabalho. Não é pleno emprego o que temos hoje no Brasil: mercado informal grande, pessoas com subocupação e rendimentos médios baixos que não condizem com uma situação de pleno emprego", explicou a técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Maria Andreia Lameira.

O estudo aponta que, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 80% das vagas criadas na economia são remuneradas em até dois salários mínimos. Andréia Lameira con-

siderou esse valor baixo, mas ressaltou que "o salário mínimo vem crescendo e de forma real, isso melhora o resultado como um todo".

A quantidade de empregados domésticos representa cerca de 7% das ocupações nas regiões metropolitanas, segundo a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O número vem caindo, já representou 9% em anos anteriores, mas demonstra o alto nível de informalidade e de baixos salários na sociedade, de acordo com a pesquisa.

O coordenador do Grupo de Análise e Previsões do Ipea, Roberto Messember, defendeu a atuação do governo na promoção de mais e melhores empregos por meio de investimentos. "O pleno emprego é uma construção social. O mercado de trabalho é um resultado do desempenho da macroeconomia. O governo pode cooptar o setor privado a investir e romper pontos de estrangulamento na economia, na infraestrutura, transporte e energia, alavancando a produtividade do sistema e de um desenvolvimento econômico sustentável".

O professor Fernando Mattos, da UFF (Universidade Federal Fluminense), pesquisador do Ipea, observou que falta uma



Estudo realizado pelo Ipea aponta que 80% das vagas criadas na economia brasileira são remuneradas em até dois salários mínimos

estatística de abrangência nacional para medir o desemprego no país. "Temos apenas pesquisas nas regiões metropolitanas e sobre emprego formal. Existem diferenças de região, entre setores da economia e um alto grau de informalidade no mercado. O ideal seria que existisse uma pesquisa nacional mensal que considerasse os diferentes de-

gradês de desemprego".

As pesquisas no Brasil sobre emprego e desemprego medem apenas a taxa de desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva, nos 30 dias anteriores ao da entrevista, e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete dias anteriores à pergunta. Nesse conceito, não estão pessoas em

situação de subemprego, pessoas em inatividade por diversos fatores e outras situações consideradas "desemprego oculto".

De acordo a PME, o número de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas do país e cobertas pela pesquisa saltou de 17,6 milhões, em junho de 2002, para 22,7 milhões, em setembro de 2001, um aumento

de cerca de 30%. Ainda segundo o IBGE, o desemprego nessas regiões fechou com média de 6% em 2011, contra 6,7% em 2010. O resultado é o menor desde 2002. "Mas as taxas de desemprego ainda são muito altas. Em Salvador, por exemplo, a taxa de desemprego aberto é 10,3% e oculto, 5%", ressaltou Mattos.

China

Disputa judicial ameaça exportação de iPad

Uma disputa judicial na China em torno do nome "iPad" levou à paralisação das vendas do tablet da Apple em uma cidade do país e agora ameaça bloquear as exportações do produto.

Nesta semana, a empresa Proview Technology, autora do processo, pediu à Justiça que apreenda as exportações do iPad, produzido aos milhões nas fábricas da taiwanesa Foxconn em território chinês. A decisão sai em até um mês.

De origem taiwanesa e com fábrica de telas em Shenzhen (sul da China), a Proview registrou o nome "IPAD" em 2000 em oito países, em meio a uma

tentativa fracassada de produzir tablets. A Apple lançou o seu tablet dez anos depois, em 2010. Em 2006, a Proview Taiwan concordou em vender os direitos da marca para a Apple por apenas R\$ 95,5 mil.

Mas a empresa afirma que o acordo não incluiu a China, já que nome está registrado pela Proview Technology, com sede em Shenzhen e subordinada a uma holding de Hong Kong, e não à sede em Taiwan.

Caso a decisão favorável à Proview, o serviço aduaneiro chinês tem o dever de confiscar os iPads que não sejam produzidos pela empresa de Shenzhen.

sim & não

Novo embate A PEC da Música que deu trabalho à bancada do Amazonas na Câmara dos Deputados, passando pela Casa com maioria esmagadora, chegou ao Senado. A PEC já tem relator e não é do Amazonas. Trata-se do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Faltou um Três indicações às quatro superintendências adjuntas da Suframa foram oficializadas ontem: Francisco Arnóbio (Administração), Gustavo Igrejas (Projeto) e José Nagib (Planejamento). A nomeação de Adilson Vieira, indicação do PT local, não se confirmou, até ontem.

Operações Até semana passada, Adilson Vieira era tido como certo na Suframa para ocupar a pasta de Operações. Enquanto ele não é nomeado, Mauro Guimarães continuará

na função. Na autarquia, Mauro é considerado cota de Roraima ou seja: o segundo, pois Nagib também é do PT de Roraima.

APPLE

Foxconn terá fábrica em MG

A nova fábrica brasileira da Foxconn será instalada em Minas Gerais. O anúncio foi feito ontem pelo sócio do empreendimento no país, o empresário Eike Batista, do grupo EBX.

A unidade, prevista no investimento de US\$ 12 bilhões da empresa taiwanesa no Brasil, vai produzir telas sensíveis ao toque para aparelhos da Apple (iPad e iPhone) e outras marcas. A fábrica estava sendo disputada pelos governos de Minas e do Rio de Janeiro. Ontem, a Foxconn não confirmou o investimento. O governo de Minas Gerais afirmou que não comentaria o caso. O empresário não informou a cidade e não deu detalhes sobre o montante que será investido, mas disse que os brasileiros terão uma participação de 60% no negócio.

O investimento brasileiro será repartido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco deve colocar até US\$ 1,2 bilhão; Eike deve investir US\$ 500 milhões.

Casa Civil escolhe três nomes para a Suframa

Os superintendentes nomeados ontem pela ministra-chefe Gleisi Hoffmann são do primeiro escalão

MEG ROCHA
Equipe EM TEMPO

Três superintendentes do primeiro escalão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foram nomeados, ontem, pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Os novos dirigentes da autarquia são Francisco Arnóbio Bezerra Mota (superintendente Adjunto de Administração), cargo que no organograma da instituição não estava ocupado, Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras (superintendente Adjunto de Projetos e José Nagib da Silva Lima (superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional), - ex-secretário de assuntos institucionais da Presidência da República.

As possíveis substituições foram mencionadas pelo titular da Suframa, Thomaz Nogueira, no final de janeiro, durante visita de cortesia do superintendente da autarquia ao prefeito de Manaus, Amazonino Mendes (PDT). Na ocasião, Nogueira afirmou que o "projeto" para as nomeações estava sendo ajustados. "Serão menos de dez mudanças, todas elas bem orquestradas e planejadas", garantiu. As alterações acontecem pouco mais de um mês após Thomaz Nogueira assumir a direção da Suframa. No ato de posse, ele disse que tinha "pressa" para organizar o órgão, porém só o faria depois de concluir

um levantamento de toda a estrutura administrativa da autarquia. " vim para contribuir e não para fazer uma reestruturação administrativa. Estou aqui para expandir as ações da Suframa e fazer com que a superintendência funcione", disse.

Interlocutores informaram, na oportunidade, que deveriam ser substituídos pelo menos quatro superintendentes do primeiro escalão da autarquia, dos quais dois foram confirmados com a divulgação no DOU, - Planeja-

ESCALÃO

Os novos dirigentes da autarquia são Francisco Arnóbio Bezerra Mota, Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras e José Nagib da Silva Lima. Todos fazem parte do primeiro escalão

mento e de Projetos -, a outra direção cotada à mudança seria a de Operações, atualmente sob a coordenação de Mauro Guimarães Ferreira, e a de Administração, que no momento não tinha titular. O ex-superintendente adjunto de Projetos, Oldemar Ianck, exonerado com o decreto, é cogitado a assumir um cargo de assessoria ligado ao novo superintendente, o ex-dirigente chegou a assumir interinamente a Suframa após a saída da ex-titular do órgão, Flávia Grosso.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

A nomeação determinada pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, foi publicada no DOU

Prorrogação da ZFM é prioridade

O novo superintendente já manifestou os pontos nos quais pretende focar seus principais esforços: o futuro do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) - ante a Reforma Tributária -, a prorrogação por mais 50 anos e a extensão dos incentivos fiscais para a Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Ele adiantou também que tratará com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Fazenda as questões pertinentes aos recursos contingenciados da autarquia visando a composição de superávit primário. "A Suframa possui uma equipe técnica qualificada e focada no desenvolvimento

da regional e vim para agregar esforços nesse sentido. A superintendência gerenciou até agora um modelo de desenvolvimento vencedor que impacta em mais de 25% do território nacional (Amazônia Ocidental) apesar de gerar recursos em um espaço físico limitado, o Polo Industrial de Manaus (PIM).

Perdas com feriados são de R\$ 922 mi para o AM

LUANA GOMES
Especial EM TEMPO

Embora a cidade esteja em ritmo de Carnaval, para as indústrias amazonenses o samba não soa muito agradável. A parada carnavalesca, acrescida de outras datas festivas deste ano, vai render perdas de R\$ 922 milhões para o setor local, conforme nota técnica "O custo econômico dos feriados", da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

As cifras de quase R\$ 1 bilhão devem-se ao fato de que 2012 conta com um número maior de feriados sendo realizados em dias úteis. Dez das 12 comemorações nacionais acontecem durante os cinco dias produtivos, como o feriado carnavalesco, que começa no dia 20 (segunda-feira). A Paixão de Cristo e o Dia do Trabalho, que acontecem após o Carnaval, caem na sexta (21

de abril) e na terça-feira (1º de maio), respectivamente.

Conforme os dados, o Amazonas ocupa o nono lugar no ranking dos Estados brasileiros que sofrem com os dias de folga no país. O presidente da Associação das Indústrias e Empresas do Serviço do Polo Industrial de Manaus (Aficam), Cristóvão Marques, salienta que esse saldo representa grande impacto para o Estado, especialmente quando a região deixa de arrecadar os tributos das mercadorias produzidas.

A quantia perdida representa aproximadamente 33% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) conquistado em cima do setor industrial nos 12 meses do ano passado (R\$ 2,80 bilhões), com base nos dados divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado (Sefaz-AM).

Como solução para que a perda não cause tantos es-

tragos às indústrias brasileiras, principalmente no caso do Amazonas, cujo setor é um dos de maior impacto à economia da região, a nota destaca o projeto de lei federal nº 2.257 de 2011 do deputado federal Edmar Arruda (PSC). A matéria propõe o adiantamento, para segunda-feira, dos feriados que caírem em dias da semana, com exceção dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal).

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, destacou que a proposta não traria grande impacto à atividade industrial no Amazonas. Segundo ele, as empresas elaboram um planejamento para adequar a produção ao calendário festivo, chegando a realizar horários corridos, quando o mercado está aquecido, por isso a perda é menor que o estimado.



Empresas do polo local estão adequadas ao calendário festivo

Prejuízos de R\$ 44 bilhões

O estudo aponta que, neste ano, os feriados devem ocasionar perdas de R\$ 44,9 bilhões ao setor industrial brasileiro, valor 21% superior ao estimado no ano anterior. Dessa forma, conforme a pesquisa, a economia brasileira deve deixar de produzir até 4,4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) Industrial.

As indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são as que mais perdem em termos absolutos.

TABLETS

SP 'dispara' contra o Estado

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

O Polo Industrial de Manaus (PIM), mais uma vez é alvo das "farpas" de São Paulo. Dessa vez, o secretário de Fazenda do Estado da Região Sudeste, Andrea Calabi, acusou o Amazonas de querer o monopólio da produção de tablets no país, em entrevista concedida ao Estado de São Paulo.

Por meio do Jornal, o representante do governo paulista disparou: "O que o governo amazonense fez foi uma defesa da sua indústria de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maquiagem, como intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista", fazendo referência à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) Impetrada pelo Amazonas, em julho de 2011.

O posicionamento de Calabi ocorreu três dias após o procurador-geral da República, Roberto Gurgel,

enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer que critica São Paulo pela isenção fiscal aos equipamentos fabricados em território paulista. De acordo com o procurador, o governo paulista concedeu a isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos tablets de forma arbitrária, o que estimula a "guerra fiscal" não só com o Amazonas, prejudicando o parque fabril manauense, mas todos os Estados brasileiros.

O titular da Sefaz amazonense, Ispser Abrahim, disse que o secretário de Fazenda de São Paulo está completamente equivocada sobre o posicionamento emitido sobre o PIM. "Ele está convidado a conhecer o PIM para se certificar de que suas declarações são inverídicas", disse.

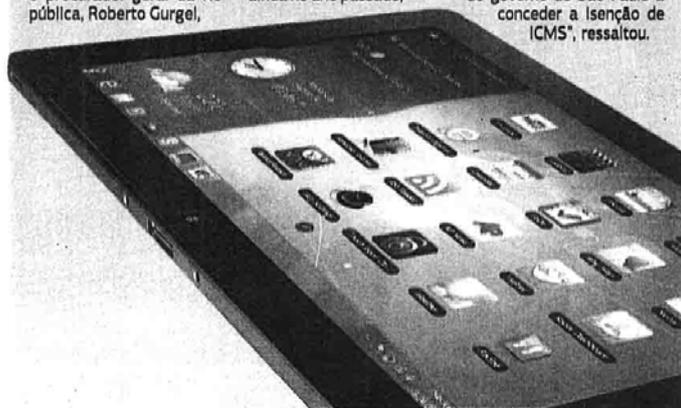
Abrahim reforçou também que o governo do Amazonas entrou com uma ação no STF, ainda no ano passado,

não para ganhar ou perder a produção de tablets, mas sim para garantir a competitividade das indústrias locais e por entender que a forma como São Paulo agiu com relação à isenção de ICMS não era correta.

Sem fundamento

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) também repudiou as declarações de Calabi e as classificou como "desespero". "É uma declaração absurda e o que ele está fazendo é utilizar a imprensa para induzir a sociedade sobre uma situação que não é real", afirmou o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira.

Nogueira observou, ainda, que em nenhum um momento do Estado quis levar vantagem sobre a indústria paulista. "Foi uma decisão de comum acordo e é uma questão legal. Não houve indução e sim uma decisão legal do governo de São Paulo a conceder a isenção de ICMS", ressaltou.



MPT diz que Suframa deve se preocupar com a qualidade dos empregos no PIM

TEXTO Rosana Villar
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

O número de auxílios-doença decorrentes de acidentes de trabalho emitidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) cresceu 185% nos últimos seis anos no Amazonas. Para o coordenador de Combate a Irregularidades no Ambiente de Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), Jorsinei Dourado, a maneira mais eficiente de impedir este aumento seria se o governo se preocupasse mais com a qualidade do que com a quantidade de empregos gerados no Polo Industrial de Manaus.

“É preciso que o governo e a Suframa deixem de se preocupar apenas com o volume de empregos que será gerado e passe a se preocupar com a qualidade destes empregos. Que se pense na acessibilidade das fábricas, nas condições de trabalho. O problema é muito maior do que apenas gerar vagas, pois é revoltante que empresas que se instalam no Amazonas, ganhando incentivos fiscais, tratem seus trabalhadores assim”, desabafa Dourado.

De acordo com o procurador do trabalho, o maior volume de ações em trâmite atualmente no MPT diz respeito a irregularidades no meio ambiente de trabalho. E os dados do INSS refletem o tamanho do problema.

Em 2006, foram emitidos no Estado 3.917 benefícios acidentários, que dizem respeito a pensões e auxílios concedidos a trabalhadores vítimas de doenças e acidentes ocupacionais. Em 2011, este número passou para 5.394, um crescimento de 37,7%.

No caso dos auxílios por doença acidentária, concedidos a trabalhadores afastados do emprego por mais de 15 dias por problemas de saúde de origem ocupacional, o número passou de 698, em 2006, para 1.991 no ano passado, um crescimento de 185%.

Segundo Jorsinei Dourado,

MPT diz que Suframa deve se preocupar com a qualidade dos empregos no PIM (continuação)



BENEFÍCIO
Em 2011, o número de acidentários foi de 5.394, segundo o INSS

Após o carnaval, Ministério Público do Trabalho **promete fazer inspeção semanal nas fábricas do Polo Industrial de Manaus e os setores que mais preocupam são os de Termoplástico e Duas Rodas**

SETORES

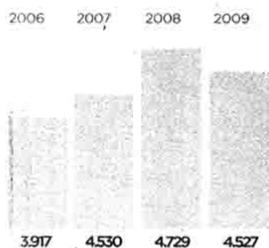
Termoplástico e Duas Rodas são recorrentes

Segundo o procurador, os problemas relacionados a doenças ocupacionais são ainda maiores entre empresas dos polos de Duas Rodas e do setor de Termoplásticos. "A maior incidência no PIM são de problemas ortomusculares, especialmente nos ombros, em decorrência de esforço repetitivo e de problemas de coluna. Mas temos também, em decorrência do volume de trabalho, da pressão e pelo trabalho repetitivo, a incidência de problemas psicológicos", disse. Em março, o MPT iniciará uma ação de fiscalização, onde a meta é fiscalizar pelo menos uma empresa por semana, a começar pelas fábricas que possuem procedimentos em investigação no órgão.

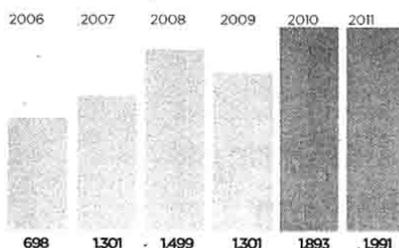
Mas para Jorsinei Dourado, apesar de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido no MPT, é preciso haver uma mudança permanente em todo o processo, que deveria começar desde a análise de implantação das empresas. "As empresas têm que se conscientizar de que vale mais a pena investir em prevenção e qualidade de vida, do que persistir nesta cultura de precarização. Lidar com os processos que esta atitude pode gerar sai bem mais caro. Mas o trabalho do MPT é muito solitário. Se estas exigências fossem feitas desde o início da análise de implantação, teríamos outro cenário", afirma. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, dos 12 mil demitidos das fábricas em 2011, pelo menos 30% foram pessoas lesionadas e que possuem dificuldade em conseguir novos empregos. Questionada sobre o fato de não haver uma ação de acompanhamento em torno da saúde do trabalhador do PIM, a Suframa informou por meio da assessoria que nos projetos das empresas, a instituição não avalia o aspecto envolvendo o meio ambiente de trabalho dos operários, somente o acompanhamento das instalações.

MAIS DADOS

BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO



AUXÍLIO DOENÇA



em 2003 foi criado o Nexo Técnico Epidemiológico, que atribui certos grupos de doenças a determinados setores produtivos, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). Mas o Nexo só passou a ser considerado pelo INSS do Amazonas para a definição de uma doença como ocupacional em 2009, depois de uma recomendação do MPT.

"Quando existia um acidente de trabalho a empresa era obrigada a registrar um CAT (Comunicação de Acidente de

Trabalho), mas no caso de doenças não aparentes isso era muito complicado, pois dependia de avaliação do INSS. A partir da lei, as doenças listadas no Nexo devem ser comunicadas com CAT e é a empresa que tem a obrigação de comprovar o contrário. Assim, o INSS passa a registrar aquele pensionista como acidentário", explicou.

O número de registros no CAT incide diretamente no cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que, se estiver acima da média ideal, pode acarretar para as empresas em aumento de impostos, pedidos de reembolso do INSS e outras medidas.

Para fugir do CAT, muitas fábricas cometem irregularidades para burlar o sistema. "O médico da empresa dá uma licença de dez dias, o trabalhador volta, trabalha dois dias, e pega outra licença de mais dez dias. No entanto, se o MPT identificar que esse trabalhador foi afastado pelo mesmo motivo por mais de 15 dias no decorrer de seis meses, a empresa pode ser autuada", afirma Dourado.

Para fugir do CAT, muitas fábricas cometem irregularidades para burlar o sistema. "O médico da empresa dá uma licença de dez dias, o trabalhador volta, trabalha dois dias, e pega outra licença de mais dez dias. No entanto, se o MPT identificar que esse trabalhador foi afastado pelo mesmo motivo por mais de 15 dias no decorrer de seis meses, a empresa pode ser autuada", afirma Dourado.

Vendas externas do Polo Industrial retraíram 17,4% em janeiro

TEXTO Daisy Melo
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

As exportações do Polo Industrial de Manaus (PIM) reduziram 17,47% em janeiro de 2012 em relação ao mesmo mês do ano passado. Em contraponto, as importações aumentaram 17,42% nesse período em comparação a janeiro de 2011. A balança comercial do Amazonas encerrou o mês com déficit de 20,7% superior a janeiro do ano anterior.

No primeiro mês do ano, as compras externas ficaram na ordem de US\$ 1,01 bilhão. O volume é 17,47% inferior ao obtido em janeiro de 2010, que foi de US\$ 866 milhões. Peças e partes para televisores foram os produtos com maior volume de importação do PIM, US\$ 235 milhões, seguidos de partes e acessórios de motocicletas (US\$ 37 mi).

Produtos mais exportados

O total exportado em janeiro chegou a US\$ 61 milhões contra US\$ 74 milhões no mesmo intervalo de 2011. O resultado foi 'puxado', principalmente, pelo número de motocicletas de 125 cilindradas vendidas para fora do País, que cresceu 82,55% no primeiro mês desse ano. Foram 4.721 motos vendidas contra 2.586 unidades.

Somente o valor das exportações de motos teve expansão de 82,28% no comparativo dos me-

ses de janeiro deste ano (US\$ 9,3 milhões) e de 2011 (US\$ 5,1 milhões). Concentrado de bebidas (xarope) e aparelhos de barbear não elétricos foram os outros dois produtos mais exportados. As vendas externas com o xarope somaram US\$ 8,9 milhões, enquanto as de aparelho de barbear chegaram a US\$ 5,5 milhões. A soma das vendas dos três produtos mais exportados representa 38,71% do total obtido.

Empresas

As empresas do PIM responsáveis pelo maior volume de exportações foram Moto Honda, Recofarma e Procter e Gamble. As vendas da Honda para outros países chegaram a

US\$ 9,757 milhões, índice 56,60% superior em relação ao montante alcançado em janeiro do ano passado (US\$ 6,230 milhões).

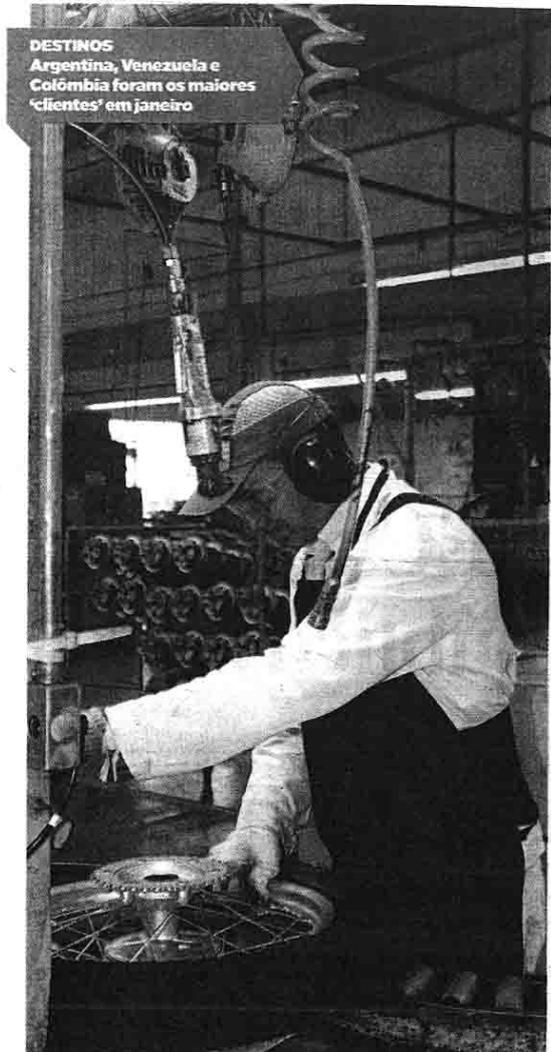
Em contraponto, o total obtido com as exportações da Recofarma caiu 27% em janeiro de 2012 (US\$ 8,923 milhões) em comparação ao mesmo mês do ano anterior (US\$ 7,628 milhões). Os produtos vendidos a outros países pela Procter e Gamble renderam à empresa US\$ 7,628 milhões, em janeiro de 2012. O valor é 11,05% maior que o volume obtido em igual período do ano passado (US\$ 6,869 milhões). Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

MAIS DADOS

EXPORTAÇÃO

DESEMPENHO

As empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) responsáveis pelo maior volume de exportações foram a Moto Honda, Recofarma e Procter e Gamble.



DESTINOS
Argentina, Venezuela e Colômbia foram os maiores 'clientes' em janeiro

As vendas da Moto Honda para outros países cresceu 56,6% em relação a janeiro de 2011

CAPA



Procuradoria da Republica acata ação de Omar

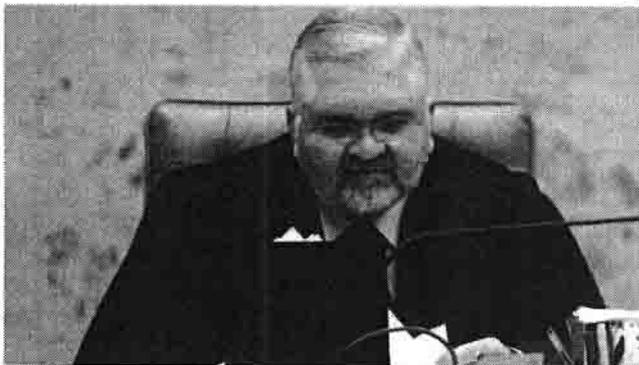
✓ *Isenção de ICMS para tablets em São Paulo pode gerar guerra fiscal*

De acordo com a lei, benefícios fiscais relativos ao ICMS devem ser acordados entre os estados e o DF, o que não teria ocorrido no caso dos tablets. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer pela concessão de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4635) proposta pelo governador do Amazonas contra medida do governador de São Paulo e da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A ação questiona dispositivos que legislam sobre a cobrança do ICMS e os benefícios fiscais concedidos pelo estado de São Paulo a tablets lá fabricados. Segundo a ação, tal atitude vem causando impactos prejudiciais aos demais estados e ao Distrito Federal, já que os tablets produzidos em São Paulo tiveram alíquota reduzida a zero, enquanto o mesmo produto fabricado na zona franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em São Paulo.



Atos normativos proibidos



De acordo com o parecer, "não é possível a edição de atos normativos que concedam benefícios fiscais relativos ao ICMS sem a prévia celebração de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária". Tam-

bém foi afirmada a legitimidade da propositura da ação pelos governadores dos estados ou do Distrito Federal.

O parecer afirma que, mesmo sendo o ICMS um imposto estadual, a Constituição Federal atribui à lei

complementar a forma como serão concedidas isenções, incentivos e benefícios relativos ao imposto, devendo ser concedidos mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal. "Trata-se de exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do próprio pacto federativo, mediante o exorbitante favorecimento do ente público desonerador, em prejuízo aos demais entes da Federação", defende o parecer. O parecer será apreciado pelo ministro Celso de Mello, relator da ação no STF.

Procuradoria da Republica acata ação de Omar (continuação)

Monopólio dos tablets

Em mais um capítulo da guerra fiscal, o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, disse que o Amazonas quer deter o monopólio da produção de tablets no Brasil. Para ele, causa indignação a contestação do governo amazonense relativa às normas paulistas que concederam incentivos fiscais à produção de tablets no Estado.

“O que o governo amazonense fez foi uma defesa da sua indústria de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maqui-

tagem, com o intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista”, afirmou Calabi ao Estado. A taiwanesa Foxconn, montadora de produtos Apple, por exemplo, instalou uma fábrica em Jundiá, interior paulista, para produzir tablets.

Calabi alega que São Paulo já tinha uma diferenciação tributária para equipamentos de informática e simplesmente ajustou, em agosto do ano passado, a classificação fiscal dos tablets à legislação em vigor.

À revelia do Confaz

O governo amazonense argumenta que os incentivos fiscais concedidos por São Paulo para a produção de tablets resultaram em abatimento total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários da Fazenda de todas as unidades da Federação. A decisão da administração paulista, segundo o governo do Amazonas, teria impacto negativo, sob o argumento de que os produtos fabricados na Zona Franca de Ma-

naus são taxados em 12% ao entrar em São Paulo.

O secretário da Fazenda de São Paulo lembra que a produção de equipamentos de informática conta com incentivos fiscais concedidos pela União e por todos os Estados em que as indústrias desse setor estão instaladas, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Amazonas. “Foi dado tratamento beneficiado à produção de informática em São Paulo para fazer frente aos benefícios concedidos nesses outros Estados”, argumenta.

Crédito estímulo

Ainda assim, segundo ele, as empresas instaladas no Amazonas têm condição melhor de competitividade. Além do conjunto de benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus, os produtos de informática ainda são beneficiados com o chamado “crédito estímulo”,

que resulta no abatimento de 100% do ICMS devido. “Quando esses produtos vêm para São Paulo, os fabricantes declaram crédito de 12% de ICM que eles de fato não pagaram. Isso faz com que o crédito falso de 12% que o Amazonas dá para o tablet seja empurrado para São Paulo pagar.”

Nokia obrigada a reintegrar funcionários

✓ *Recurso do Ministério Público do Trabalho foi aceito pelo TRT*



Na sessão plenária do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região desta quarta-feira (15) a maioria dos Desembargadores Federais do Trabalho aprovou o recurso de Agravo regimental interposto pelo Ministério Público do tra-

balho (MPT) no Amazonas, contra a empresa Nokia do Brasil. A decisão revoga a liminar concedida em favor da empresa, que suspendia a reintegração de dezenas de trabalhadores deferida pela juíza da 3.ª Vara de Manaus.

Com a decisão, 46 trabalhadores serão novamente reintegrados nas mesmas funções e local de trabalho, com as mesmas vantagens e condições contratuais existentes à época da demissão considerada agora, ilegal pela justiça. Em de-

zembro de 2011, os trabalhadores lesionados demitidos moveram uma ação civil pública no MPT e tiveram suas exigências acatadas pela Justiça. Quatro dias depois a empresa conseguiu, com uma liminar, suspender a decisão judicial.